



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

ATA EXTRAORDINÁRIA N.º 1/2018/CODIR/REI/IFTO, DE 5 DE MARÇO DE 2018

1 Ata da primeira reunião extraordinária do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal
2 de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. Aos dias vinte e cinco do
3 mês de janeiro de dois mil e dezoito, com as atividades agendadas para o horário de
4 expediente, das oito às doze horas e das catorze às dezoito horas, no Auditório I da
5 Reitoria do IFTO, situada na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul,
6 conjunto 1, lote 8, na cidade de Palmas - TO, reuniu-se, sob a presidência do
7 magnífico Reitor Francisco Nairton do Nascimento, o Colégio de Dirigentes – Codir
8 –, composto pelo reitor como presidente; pelos pró-reitores, pelos diretores-gerais
9 dos *campi* e pelos diretores dos *campi* avançados do IFTO. Foi registrada a presença
10 dos seguintes membros: pró-reitor de Administração Rodrigo Soares Lelis Gori; pró-
11 reitor de Desenvolvimento Institucional Danilo Gomes Martins; Janaina Miranda
12 Muradas Amorim, em substituição ao pró-reitor de Ensino Ovídio Ricardo Dantas
13 Júnior; pró-reitora de Extensão Paula Karini Dias Ferreira Amorim; pró-reitor de
14 Pesquisa e Inovação Augusto Cesar dos Santos; diretor-geral do *Campus* Araguaína,
15 Cristiano Fernandes Mateus; diretor-geral do *Campus* Araguatins, Décio Dias dos
16 Reis; representante do diretor-geral *pro tempore* do *Campus* Dianópolis, Marcos
17 Lopes Galvão; diretor-geral do *Campus* Gurupi, Marcelo Alves Terra; diretor-geral
18 *pro tempore* do *Campus* Colinas do Tocantins, Paulo Hernandes Gonçalves da Silva;
19 diretor-geral do *Campus* Palmas, Octaviano Sidnei Furtado; diretor-geral do *Campus*
20 Paraíso do Tocantins, Antonio da Luz Junior; Albano Dias Pereira Filho, em
21 substituição à diretora-geral do *Campus* Porto Nacional, Lilissanne Marcelly de
22 Sousa; diretora do *Campus* Avançado Pedro Afonso, Juliana Ferreira de Queiroz;
23 diretor do *Campus* Avançado Lagoa da Confusão, Valquires Martins de Santana; e
24 diretor do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, Dêmis Carlos Ribeiro Menezes.
25 Registrou-se também a presença da diretora de Gestão de Pessoas Maria Edileuza
26 Ferreira de França. O presidente conferiu o quórum, cumprimentou os dirigentes e
27 declarou aberta a reunião. Inicialmente procedeu-se à consideração da ata redigida no
28 último encontro, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se para os
29 informes. O reitor disse que o CONIF entrou em contato com o Ministério do
30 Planejamento solicitando código de vaga, mas a maioria dos Institutos Federais não
31 tem mais folga no banco, como é o caso do IFTO. Nairton pontuou que as remoções
32 pelo SIASS e as redistribuições por via judicial estão se tornando cada vez mais
33 comuns no IFTO, fato que pode prejudicar o funcionamento de alguns *campi*, que
34 podem vir a contar com apenas um professor para suprir carga horária de dois
35 docentes, por exemplo, visto que, nesses casos, não é possível a contratação de
36 substituto. Nairton disse que pretende apresentar essa questão como ponto de pauta
37 do CONIF, para que se verifique na Advocacia-geral da União e na SETEC/MEC o
38 que pode ser feito em defesa dos institutos federais. Nairton destacou que,
39 atualmente, os juízes estão recomendando a "remoção" para outros Estados quando o
40 servidor alega problemas de saúde como, por exemplo, depressão. Recentemente um
41 professor do IFTO que fizera reiterados pedidos de redistribuição

administrativamente, que não foram deferidos, entrou com pedido judicial e foi concedida sua redistribuição. Como sua esposa também era servidora do IFTO, o IFTO ficou sem dois servidores de uma só vez. Nairton defendeu que seja discutida a possibilidade legal de ser contratado professor substituto em casos de redistribuição por ordem judicial. Nairton frisou que tal situação vem se agravando muito no IFTO e na rede federal como um todo. Realizados os informes, o presidente do CODIR abriu espaço para novos informes por parte dos membros do colégio. A pró-reitora de Extensão Paula Karini Amorim pediu que todos ajudem a divulgar a chamada pública para a Revista Extensão, que está aberta para recebimento de trabalhos. Paula destacou que a Revista Extensão conta com ISSN, assim como a Revista Sítio Novo. O pró-reitor de Desenvolvimento Institucional informou que o engenheiro ambiental Dener já entrou em contato com a maioria dos diretores para falar sobre a transferência da licença ambiental para os *campi* que atualmente estão vinculadas ao CNPJ da Reitoria. Danilo Martins reforçou o pedido de atenção para esse procedimento burocrático, tendo em vista os prazos de renovação e as recomendações que normalmente são feitas pelo Naturatins, que são recomendações simples de serem atendidas, mas, se perder o licenciamento, o processo terá que começar do zero. Janaína Muradás, em substituição ao pró-reitor de Ensino do IFTO, informou que em fevereiro será iniciado o cadastro dos servidores que vão alimentar o sistema da Plataforma Nilo Peçanha, razão por que foi encaminhado memorando aos diretores de *campi*, solicitando a indicação de um servidor por *campus* para ser responsável pela alimentação do sistema. Solicitou que as indicações sejam feitas em tempo hábil para que os servidores possam ser cadastrados. O diretor-geral do *Campus* Araguatins, Décio Reis, informou que a diretora de Ensino do seu *campus*, professora Lucinalva, solicitou que fosse incluída, na pauta da reunião, a problemática envolvendo a empregabilidade dos egressos do curso de licenciatura em Computação do *Campus* Araguatins, e dos outros *campi* que possuem esse curso, pois, na grade dos cursos fornecidos pelo Estado e municípios, não consta disciplina relacionada à área de Informática, o que impacta diretamente a empregabilidade dos egressos. Nairton disse que pode ser enviado ofício ao Estado e aos municípios visando resolver a questão. Nairton disse que entende os pedidos dos profissionais, uma vez que a previsão da disciplina de Informática nos planos dos cursos abriria o mercado de trabalho dos profissionais. Segundo Nairton, pode ser solicitado ao governo do Estado a inserção dessa disciplina nos cursos do ensino fundamental e médio. Em sequência, Nairton colocou-se à disposição do novo reitor eleito para ajudar na fase de transição, bem como sugeriu que fossem feitas as indicações dos nomes dos ocupantes dos cargos até o final de fevereiro, tendo como momento limite o dia 30 de abril, pois diversas providências administrativas devem ser tomadas, como, por exemplo, providenciar tokens e informações acerca do setor, a fim de facilitar a transição. Informou ainda que, encerrado seu mandato, não pretende ficar como reitor *pro tempore* em nenhuma situação. O reitor solicitou que todos se atentem para a questão dos planos de saúde oferecidos aos servidores. Disse que sabe da problemática que está tendo com a administradora Aliança, e solicitou à Diretoria de Gestão de Pessoas que repassasse aos servidores as propostas de planos de saúde e tabelas de preços que as operadoras enviaram à Reitoria. A diretora de Gestão de Pessoas disse que o IFTO tem convênio com a Aliança, portanto só pode se reportar a respeito da Aliança. Edileuza disse que não é viável que a DGP encaminhe propostas de outras operadoras de plano de saúde, devido à ausência de convênio entre o IFTO e essas operadoras. Desse modo, a DGP somente pode informar tabelas e propostas referentes à Aliança, com a qual existe convênio junto ao Ministério da Educação. Edileuza informou que a DGP entrou em contato com outras operadoras e solicitou que estas visitassem os *campi*, a fim de apresentar suas propostas diretamente aos

94 servidores interessados, e isto já está ocorrendo. A diretora de Gestão de Pessoas
95 ressaltou que o IFTO não pode fazer mais de um convênio, pois há situações
96 burocráticas e legais que devem ser observadas. O reitor sugeriu que a DGP repasse
97 as propostas das operadoras de plano de saúde aos diretores, para que estes repassem
98 as informações aos seus servidores. A diretora do *Campus* Avançado Pedro Afonso,
99 Juliana Queiroz, questionou a diretora de Gestão de Pessoas se pode ser rescindido o
100 convênio do IFTO com a operadora Aliança. Edileuza informou que terá de verificar
101 essa possibilidade. O diretor do *Campus* Colinas do Tocantins, Paulo Hernandez,
102 questionou se, após aderir ao plano de saúde, o servidor precisa apresentar
103 comprovante de pagamento mensalmente para obter o ressarcimento do governo. A
104 diretora de Gestão de Pessoas afirmou que sim; no entanto, a partir de abril do ano
105 passado, a comprovação pode ser feita anualmente, até abril do ano seguinte. O
106 servidor Higor Fernando Arruda Lira, diretor de Assuntos Estudantis, informou que o
107 seguro contra acidentes pessoais dos alunos foi renovado para 2018, com alterações
108 em alguns procedimentos, razão por que está sendo encaminhado o manual versão
109 2018 com as atualizações, disponível no site. Higor disse que será encaminhado um
110 processo aos *campi* para manifestação de interesse em sediar os eventos estudantis
111 que ocorrerão no ano de 2018, e disse que precisa ser definida a sede do JIFTO, do
112 seminário de Assistência Estudantil e do CONEIFTTO. Assim, se algum *campus* tiver
113 interesse, deverá manifestá-lo. Augusto Cesar ressaltou que os pontos que serão
114 apresentados pelo diretor de Pós-graduação já foram discutidos na última reunião do
115 Codir e que o curso ProfEPT terá seu início em agosto de 2018. O servidor Stefan de
116 Oliveira Rosa, diretor de Pós-graduação, passou a apresentar os pontos 17 e 18 da
117 pauta. Destacou que, na última reunião, foi discutida a liberação de uma Função
118 Comissionada de Coordenação de Cursos – FCC - para contemplar a Coordenação do
119 Mestrado, e explicou que, em novembro de 2017, foi feita a adesão formal ao
120 programa, através da aprovação do regulamento e do plano de curso, e destacou que
121 há uma exigência de disponibilização de uma FCC ao coordenador do curso de
122 mestrado. Stefan informou que, atualmente, o professor Jair José Maldaner é o
123 presidente da comissão de implantação e deverá ser designado coordenador assim
124 que a FCC for liberada. Stefan expôs que a Reitoria não dispõe de FCC desocupada e
125 seria necessário que fosse cedida uma FCC para a Coordenação do Mestrado. Nairton
126 disse que, na última reunião, deliberou-se que o *campus* que tiver uma FCC
127 disponível deverá cedê-la à Reitoria para utilização no mestrado; posteriormente a
128 FCC será devolvida ao *campus* cedente. Décio Reis disse que seu *campus* pode
129 conceder uma FCC à Coordenação do Mestrado. Nairton disse que, de acordo com a
130 portaria que criou e liberou as FCCs, só pode ser concedida FCC ao servidor depois
131 que o curso tiver em funcionamento e os alunos matriculados. Portanto, se algum
132 *campus* se encontrar em situação diversa à exposta, deverá se adequar ao prescrito.
133 Octaviano ressaltou que, salvo engano, na última reunião do Codir, o diretor do
134 *Campus* Dianópolis teria colocado uma FCC à disposição da Coordenação do
135 Mestrado. Stefan mencionou a situação dos 11 professores que participarão
136 ativamente no desenvolvimento do mestrado, os quais estão preocupados com sua
137 carga horária. Nairton disse que se trata de situação complexa, tendo em vista que
138 em, alguns casos, o professor, ao destinar sua carga horária ao mestrado, poderá
139 prejudicar seu *campus* de lotação. Segundo Nairton, existe esse questionamento no
140 Conif. Para o reitor, faz-se necessário levar essa questão ao coordenador nacional do
141 mestrado para que seja dada uma solução uniforme para todos os institutos federais.
142 Nairton disse que, inicialmente, as quatro horas à disposição do mestrado poderão ser
143 registradas no plano individual de trabalho do docente. Stefan disse que passará
144 brevemente para a apresentação de alguns fluxos de processos, os quais são
145 necessários em razão da criação da Instrução Normativa - IN - que trata dos

procedimentos de criação, implantação, execução, alteração e extinção de cursos, pois, embora seja sabido que existe IN específica para os cursos de graduação e os cursos técnicos, os cursos de pós-graduação *lato sensu* não possuem uma IN. Segundo Stefan, os esforços dos trabalhos foram encaminhados no sentido de entender e interpretar quais são os fluxos necessários para que esses procedimentos fomentem as discussões em razão da revisão da Organização Didático-Pedagógica - ODP - dos cursos *lato sensu*, para que, posteriormente, tenham condições de criar os Projetos Pedagógicos dos Cursos e a resolução de autorização, criação e funcionamento do curso de pós-graduação *lato sensu*. Segundo Stefan, a respeito da IN, pensou-se em um curso enquanto um fluxo que se inicia na sua criação, passa para a implantação, execução, podendo ser alterado ao longo do tempo, e, em algum momento, extinto. Stefan disse que a apresentação do diagrama que representa o curso em todo o seu ciclo de vida foi encaminhada via e-mail para os gestores. Stefan explicou detalhadamente todo o fluxo possível de um curso. Nairton ressaltou que, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI -, existe a previsão de criação de 17 cursos de especialização no IFTO, até 2018; no entanto, a realidade mostra estarmos distante desta meta; por isso, faz-se necessário que os gestores atualizem as previsões de acordo com a realidade e com o que seja exequível. Nairton frisou que esse ponto foi negativo na avaliação do credenciamento do IFTO, e será cobrado pelos órgãos de controle. Portanto, faz-se necessário atualizar, com urgência, o PDI em relação ao que vai ser ofertado. Edileuza expôs sua preocupação com a atribuição de Responsabilidade Técnica - RT - aos responsáveis por curso, em vez de esta ser atribuída a uma coordenação, pois, apesar de a RT não ser uma coordenação, na prática as atividades se assemelham, o que pode gerar problemas futuros. Nairton disse que se trata de preocupação pertinente, pois, no seu entendimento, a RT configura uma coordenação efetiva. Além disso, vale considerar que, em documentos futuros, deverá constar que quem respondeu por RT respondeu por cargo de gestão normalmente. O professor Stefan continuou a explicar detalhadamente sobre o processo de implantação, execução e extinção de curso. Em sequência, passou-se ao ponto 3. A pró-reitora de extensão Paula Karini disse que, em 19 de dezembro de 2017, foi ao *Campus* Araguaína para conversar com a equipe de Arte e Cultura sobre o planejamento do V Ifestival, uma vez que houve a candidatura e a escolha unânime do *Campus* Araguaína para sediar o evento. Paula explicou que trabalha com a equipe as diretrizes que norteiam a realização do evento. Segundo Paula, existem algumas decisões que são pertinentes ao Codir, órgão que avaliza a realização dos eventos no âmbito do Instituto. Em conversa com a comissão local, foi sugerido, como data de realização do Ifestival, os dias 7 e 8 de junho de 2018. Paula disse ter expectativa na anuência do Codir para as atividades de execução do Ifestival na data sugerida. A pró-reitora pontuou que, em relação às diretrizes anteriores, não estão fazendo nenhuma alteração significativa, e as mudanças realizadas atendem às avaliações do último evento, como, por exemplo, o estabelecimento de limites de apresentação também para o *campus* que sedia o evento, uma programação mais enxuta, com um arranjo que possibilite a chegada e a saída dos participantes para aglomerar um volume maior de diárias, deixando a critério de cada *campus* o envio de alunos para apresentação da vernissagem, observando-se, assim, a disponibilidade de cada unidade. Após alguns questionamentos, prontamente esclarecidos, os dirigentes concordaram com a realização do Ifestival conforme a proposta apresentada. Passou-se ao ponto de pauta número 4, também apresentado pela pró-reitora de Extensão, que trata do Relatório do II Inafro, conforme Processo n.º 23235.017828/2017-03, disponibilizado aos membros do Codir. A 2ª edição do Seminário de Consciência Indígena e Afro-brasileira do IFTO – Inafro - ocorreu nos dias 22 e 23 de novembro de 2017, no *Campus* Paraíso do Tocantins. Paula destacou

198 que o evento cresceu significativamente em relação a sua primeira edição. Ressaltou
199 que esse tema é muito caro para a instituição, pois sempre que a instituição é avaliada
200 são cobradas questões pertinentes a trabalhos realizados no Inafro. Apesar de o
201 evento ter contado positivamente na avaliação do Instituto, espera-se que esse tema
202 também seja trabalhado dentro dos currículos dos cursos. Paula defendeu que o
203 evento se fortaleça ainda mais e seja trabalhado ao longo do tempo, a fim de envolver
204 um número ainda maior de alunos e professores, de modo que o Inafro seja a
205 culminância do que foi trabalhado ao longo do semestre ou ano letivo. Paula destacou
206 que a Proex assume o compromisso de iniciar as discussões buscando fazer os ajustes
207 necessários no formato do evento, para que consiga extrair dele, mais e mais, o que
208 se espera. Paula pontuou que o evento foi considerado muito positivo pelos
209 participantes, e que o custo estimado ficou em torno de três mil reais. Paula
210 agradeceu a todos pelo apoio, e se comprometeu a trazer o tema novamente para o
211 Codir, assim que o evento ganhar um formato mais amadurecido. A pró-reitora de
212 Extensão passou a discorrer sobre o ponto 5, que trata da distribuição das bolsas no
213 ano de 2018, mostrando planilha com os dados da proposta. Segundo Paula, o IFTO
214 tem a previsão orçamentária de R\$ 292.744,00 para os projetos de Arranjos
215 Produtivos Locais – APL -, convertendo tudo isso em bolsa para os estudantes de
216 nível técnico e superior. Segundo Paula, há a possibilidade de envolver 114 alunos
217 com projetos e um total de 57 projetos. Na presente proposta, em função do corte no
218 orçamento, todas as bolsas são destinadas a alunos. Paula explicou que a maioria dos
219 demais institutos, em face dos cortes orçamentários, também não têm destinado
220 bolsas de extensão para docente. Paula expôs que há proposta de que, na construção
221 do edital, sejam indicadas áreas temáticas que precisariam ser fortalecidas,
222 observando-se as indicações advindas do MEC quanto às áreas temáticas carentes de
223 serem desenvolvidas no âmbito do IFTO. Paula explicou que tal proposta visa
224 minimizar a carência de projetos nas áreas identificadas pelo MEC. Paula pontuou
225 que pediu autorização para que dos 57 projetos 12 sejam destinados para as áreas
226 que, segundo o MEC, demandam maior atenção do IFTO: diversidade, meio
227 ambiente, desenvolvimento econômico e social, ações afirmativas de defesa e
228 promoção dos direitos de igualdade. Após alguns questionamentos e esclarecimentos,
229 o Codir concordou com as propostas da Proex na forma apresentada pela pró-reitora
230 de Extensão. Em sequência, Paula Karini passou a explicar acerca do ponto de pauta
231 6, que trata da escola de conselhos, conforme Processo n.º 23235.032693/2017-06,
232 disponibilizado aos membros do Codir. A pró-reitora de Extensão disse que o
233 Instituto Federal de Rondônia apresentou projeto com proposta de curso FIC para
234 capacitar conselheiros tutelares dos direitos das crianças e adolescentes, com carga
235 horária de 200 horas. Paula informou que o Tocantins faz parte desse projeto, e que
236 foram disponibilizadas 695 vagas. Paula explicou que o IFRO propôs que o IFTO
237 entre no projeto com a implementação de cinco polos para a oferta do curso a
238 distancia. Para tanto, o IFTO receberia equipamentos e materiais necessários para a
239 transmissão, bem como material didático. Segundo Paula, os professores conteudistas
240 serão selecionados pelo IFRO, cabendo ao IFTO definir o local dos cinco polos,
241 selecionar os tutores e fazer o acompanhamento dos alunos dos polos por meio dos
242 tutores. Paula explicou que o ônus do IFTO se resumirá ao espaço para a transmissão
243 das teleaulas aos alunos e aos gastos de custeio com energia e água. Paula explicou
244 que haverá um coordenador do curso, e os pagamentos serão todos pelo IFRO.
245 Nairton explicou que os alunos dos cursos FIC entrariam na contagem como alunos
246 dos *campi* ofertantes do curso, e que isso aumentaria o repasse orçamentário, e o
247 custeio com água e energia acabaria sendo compensado. Após alguns
248 questionamentos e esclarecimentos, os dirigentes concordaram com a parceria do
249 IFTO com o IFRO, na forma proposta. Passou-se ao ponto 7, que trata de

padronização nas convocações para reuniões. Paulo Hernandez, diretor *pro tempore* do *Campus* Colinas do Tocantins, disse que considera organizada a forma como a Reitoria tem feito as convocações, mas, no último semestre, talvez por causa do período eleitoral, houve alguns imbróglios de chegar convocações para o servidor sem passar pelo gabinete, o que o fez ser surpreendido com pedido de diárias e encaminhamentos já realizados pelo servidor convocado. Paulo explicou que, quando a convocação do servidor chega via direção do *campus*, é possível otimizar as viagens, e ressaltou a necessidade de cuidado para que os encaminhamentos sejam feitos diretamente com a Chefia de Gabinete do *campus*, porque isso otimiza os custos. Sugeriu que seja retomado o trabalho cuidadoso característico do IFTO. Em sequência, Paulo expôs que o *Campus* Colinas do Tocantins vai sofrer um déficit de 600 mil reais, o que justifica ainda mais o cuidado a ser conferido nas convocações da Reitoria, para que o *campus* possa programar melhor as viagens, otimizando carro, diárias, motoristas. Nairton complementou dizendo que, quando a DGP demandar servidor para reunião, comunique o Gabinete do Reitor com antecedência, para que seja feito o contado diretamente com o diretor do *campus* envolvido. Disse ainda que o IFTO terá de adotar a realização de reuniões através das mídias, na forma de webconferências, a fim de reduzir os custos. Nairton explicou que tem levado a preocupação com o orçamento para o Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, e expôs que os institutos e, em especial, o IFTO já estão a trabalhar de forma bem enxuta, e, nessa condição, eliminar mais custos pode comprometer o funcionamento definitivo da instituição. Segundo Nairton, cada unidade vai ter que fazer sua reavaliação. Nairton explicou que 11 institutos estão com o orçamento deste ano menor do que o do ano passado, e o IFTO é um deles, porque não houve aumento expressivo no número de matrículas. O reitor sugeriu aos pró-reitores que, quando marcarem reunião, comuniquem-na ao Gabinete da Reitoria, para que seja feito o repasse da informação aos diretores, e explicou que, antes de comunicar o gabinete, os gestores da Reitoria podem entrar em contato informalmente com o *campus* para passar a demanda. Passou-se ao ponto 9, que trata do encaminhamento dos regimentos internos dos *campi*. Paulo Hernandez disse que o regimento do *Campus* Colinas do Tocantins encontra-se em fase de minuta desde o mês de outubro de 2017, mas que a fase de consulta à comunidade local e apresentação de propostas ficou para este ano devido ao período eleitoral no IFTO. Segundo Paulo, o regimento fica disponível para consulta até final de fevereiro e, em março, será encaminhado para a Reitoria. Paulo perguntou se haverá alguma padronização para o encaminhamento dos regimentos dos *campi* para o Consup. Nairton respondeu que o prazo já extrapolou várias vezes, e expôs que a intenção era que a procuradoria analisasse o regimento geral e depois o regimento de todos os *campi*. Segundo Nairton, como o prazo já extrapolou, serão encaminhados ao Consup os regimentos que já estão prontos e os que chegarem depois serão encaminhados para a procuradoria e depois para o Consup. Nairton alertou o diretor do *Campus* Gurupi que, caso o regimento interno do *campus* venha com as restrições a acesso aos cargos de gerente de ensino, de administração, exigindo titulação mínima como, por exemplo, mestrado, a procuradoria não vai barrar. Nairton pontuou que o regimento foi discutido com a comunidade local, e é resultado da vontade do *campus*. Nairton sugeriu que seja feita uma convocação aos servidores do *campus* para discutir esse assunto. O diretor-geral do *Campus* Gurupi disse que será discutida essa questão. A diretora de Gestão de Pessoas disse que tem uma preocupação muito grande com esses regimentos, pois é como se fossem várias instituições na mesma instituição. Segundo Edileuza, os regimentos deveriam ser similares pelo menos no que diz respeito ao mesmo assunto. E reafirmou se preocupar com o fato de cada *campus* adotar uma forma diferente de tratamento para o mesmo assunto ou espécie de procedimento. Nairton disse que, de

fato, tal situação é preocupante. Paulo Hernandez ressaltou que quem conduz a organização do regimento tem que estar sempre dizendo para a comunidade que determinadas coisas não são da vontade do servidor, mas sim resultados de determinações contidas na legislação. Octaviano Sidnei disse acreditar que a proposta de regimento de cada unidade deve ser analisada à luz do regimento geral do IFTO e que, se o regimento geral não veda o acesso ao cargo, por exemplo, questiona-se por que o regimento local vai vedar. Octaviano ratificou que o regimento local não pode destoar do regimento geral. Passou-se a discutir o ponto 10, provimento de vagas ociosas no *Campus* Colinas do Tocantins devido à redistribuição de servidores. Paulo Hernandez solicitou esclarecimentos quanto aos procedimentos relacionados ao provimento de vagas ociosas e remoção, tendo em vista o decreto presidencial de extinção de cargos. Ressaltou que os gestores precisam de orientação, pois a todo momento os servidores perguntam como vai ficar a situação, e é necessário dar uma resposta sensata e de acordo com a legislação. Nairton disse que recentemente enviou um memorando-circular aos gestores pedindo para ficarem atentos quanto à questão das redistribuições, pois a redistribuição tornou-se mais complexa. Nairton informou que há prazos e exigências que fazem com que muitas vezes seja necessário esperar um ou dois anos para ocupar o cargo que teve o servidor redistribuído. Nairton disse que essa questão será melhor explicada pela diretora de Gestão de Pessoas. Passou-se ao ponto 13. O reitor disse que já foi constituída a comissão para prestação de contas, e pediu aos gestores que prestem as informações nos prazos solicitados, pois o relatório deve ser finalizado até abril. Nairton informou que está em curso auditoria nas atividades relativas ao ensino a distância – EaD –, que é uma situação tranquila, mas que os gestores devem estar atentos, pois os relatórios de auditoria eventualmente apontam falhas, as quais devem ser sanadas. O reitor relatou que uma outra preocupação é a questão da merenda escolar com os recursos repassados pelo FNDE. A lei diz que trinta por cento do recurso deve ser utilizado para compra diretamente dos agricultores da agricultura familiar. Segundo Nairton, alguns institutos federais estão tendo problemas com relação a essa exigência, pois é difícil conseguir agricultores da agricultura familiar cadastrados para atender à demanda. Recomendou, por isso, que na próxima gestão seja feito um trabalho de base. Nairton informou que o Instituto Federal do Sul de Minas enviou uma cartilha que explica o que deve ser feito para conseguir implementar a exigência legal. Nairton informou que muitos institutos estão devolvendo a verba para o FNDE devido à dificuldade de atendimento às exigências legais. A diretora de Gestão de Pessoas passou a falar sobre os pontos 11 e 12, que tratam de redistribuição e provimento de vagas. Edileuza pediu atenção ao parágrafo 11 do artigo 98 da Lei n.º 13.473, de 8 de agosto de 2017, em especial quanto ao seu inciso IV. Nessa referência legislativa, consta que “§ 11. As demissões autorizadas no anexo específico previsto no *caput* ficam restritas: (...) IV – à reposição, total ou parcial, das vacâncias ocorridas entre a publicação da Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, e o dia 31 de dezembro de 2017”. A diretora de Gestão de Pessoas ressaltou que apenas as vacâncias ocorridas no período citado poderão ser providas em 2018, e que uma vaga nova não poderá ser provida, como, por exemplo, no caso de uma redistribuição em que é oferecido um código de vaga novo, que nunca foi provido no órgão de origem, a vaga não poderá ser provida em 2018. Edileuza explicou que, quanto a essas vagas que não poderão ser providas em 2018, até dia 30 de abril deste ano, o Ministério da Educação – MEC – terá que informar ao Ministério do Planejamento o quantitativo de provimento que está previsto para o ano de 2019. Edileuza acredita que, até o final de março deste ano, o MEC enviará planilha para preenchimento dos códigos de vaga que o IFTO pretende prover em 2019, a fim de que seja solicitada autorização do Ministério do Planejamento. Portanto, não é certo que tais vagas sejam preenchidas,

pois depende de orçamento. Edileuza explicou que, quando a DGP recebe processo em que é oferecido código de vaga, mas não é informada a origem do código, o processo é devolvido e encaminhado ofício solicitando a informação; informou também que, quando o código de vaga oferecido é oriundo de vacância, o processo é encaminhado para o diretor do *campus* envolvido, para manifestação. A diretora de Gestão de Pessoas respondeu a questionamentos, esclareceu que redistribuição não é vacância, que deve ser analisado se a vacância ocorreu no período mencionado na lei, e que somente neste caso o provimento ocorrerá em 2018. Disse que a DGP já mapeou os códigos de vaga que estão no período descrito na lei e os que estiverem serão informados para o Ministério do Planejamento até dia trinta de abril deste ano. Edileuza explicou que o prazo conta da data da publicação da portaria no Diário Oficial da União. A diretora de Gestão de Pessoas ressaltou que, de acordo com o parágrafo 13 da lei em comento, “o provimento de qualquer cargo efetivo autorizado e não concretizado, no âmbito do Poder Executivo, fica condicionado à expressa manifestação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão quanto à disponibilidade orçamentária”. A diretora de Gestão de Pessoas explicou que os cargos de auxiliar de biblioteca, auxiliar em administração e auxiliar em assuntos educacionais, entre outros dispostos no anexo IV do Decreto n.º 9.262, de 9 de janeiro de 2018, ficam vedados quanto à abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais em relação ao previsto no edital. Nairton disse que vai encaminhar aos gestores o Acórdão do TCU n.º 2729/2017, que trata da questão da jornada de trabalho, do cumprimento, das recomendações do TCU. Com base nesse acórdão, faz-se necessário informar, no site da instituição, o plano de trabalho com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, inclusive as aulas e a carga horária do professor, as aulas que ele tem e os horários das aulas. Nairton disse que vai encaminhar as informações aos gestores para que eles se adequem ao acórdão que trata da transparência das atividades do servidor. A diretora de Gestão de Pessoas disse que, em 20 de novembro de 2017, a SETEC encaminhou um ofício e uma planilha para que fossem indicados quais os códigos de vaga que o IFTO queria solicitar; no mesmo ofício, foram listados os cargos que não estavam disponíveis para pedir. Edileuza explicou que o IFTO tem saldo de cargo de classe C e D para pedir ao MEC, mas os cargos de classe D de que o IFTO precisa não estão disponíveis no MEC; por isso, é melhor esperar para pedir quando tais cargos estiverem disponíveis. Pelo exposto, não foi solicitado código de vaga, os quais deveriam ser providos até dia 31 de dezembro de 2017. Segundo informou Edileuza, o único cargo que o IFTO poderia pedir era o de assistente de aluno, mas, como não havia concurso, não era possível provê-lo até dia 31 de dezembro. Assim, não foi pedido nenhum cargo. A diretora de Gestão de Pessoas passou a mostrar a situação dos códigos de vaga de alguns *campi*, e respondeu questionamentos. Edileuza perguntou aos gestores se preferem que as vagas que não poderão ser providas em 2018 sejam disponibilizadas em concurso de remoção agora ou sejam disponibilizadas em concurso de remoção só em 2019, quando houver possibilidade de provimento. Nairton sugeriu que fossem disponibilizados todos os códigos de vaga disponíveis para remoção no momento, mesmo os que não serão providos neste ano, pois, dessa forma, o IFTO fica livre para fazer redistribuição com outras instituições. Além disso, seria feito um processo de remoção único para todas as vagas, o que economizaria na GECC. Nairton disse que, caso o Ministério do Planejamento revogue a portaria, o IFTO já estaria um passo à frente. Ficou decidido que todas as vagas deverão ser disponibilizadas no próximo concurso de remoção. A diretora de Gestão de Pessoas continuou a mostrar a planilha de distribuição de vagas disponíveis nos *campi*. Ressaltou que o *Campus* Palmas possui um cargo de assistente em administração vago e sugeriu a devolução da vaga para a Reitoria para que seja destinada a um dos *campi* avançados, uma vez que o

406 *Campus* Palmas possui sete cargos excedentes de classe D. Nairton ressaltou que é
407 momento para buscar equilíbrio no banco de equivalência. Octaviano Sidnei disse
408 que, como todos sabem, é contrário à devolução da vaga de assistente em
409 administração para a Reitoria, e destacou que não se sente à vontade para abrir mão
410 dessa vaga, visto que está em processo de transição, com a entrega da gestão para o
411 futuro diretor-geral do *Campus* Palmas. E frisou que, se tal ação não foi levada a
412 efeito anteriormente, não lhe parece coerente ser adotada neste contexto. A diretora
413 de Gestão de Pessoas disse que está fazendo sua função, que é tentar equilibrar as
414 coisas dentro daquilo que lhe é posto, propondo solução, mas que entende a posição
415 do diretor-geral do *Campus* Palmas. Octaviano disse que, de qualquer forma, esse
416 equilíbrio vai ter que ser buscado, e informou que o *Campus* Palmas possui
417 excedentes três cargos de nível E; sete cargos de nível D; e há deficit de dois cargos
418 de nível C. Octaviano frisou que, desde a antiga escola técnica, o *Campus* Palmas
419 tem dois cargos de nível D à disposição da Advocacia-Geral da União – AGU.
420 Assim, sugere que seja buscado esse equilíbrio trazendo esses dois códigos de vaga
421 para a Reitoria ou para alguma unidade do IFTO. Octaviano pediu que a vaga classe
422 D do *Campus* Palmas seja destinada à remoção interna. Nairton disse que o *campus*
423 avançado que possui menor número de servidores é o de Lagoa da Confusão. Assim,
424 caso seja possível, serão destinados a esse *campus* cargos de nível C e D. Juliana
425 Queiroz ressaltou que o *Campus* Pedro Afonso não tem bibliotecária, nem assistente
426 social, porque não dispõe de banco de nível E. O diretor-geral do *Campus* Palmas
427 disse que, se não houver código de vaga e existir o excedente, alguém vai ter que
428 fazer remoção de ofício, se o objetivo for equilibrar o quadro. Octaviano destacou
429 que essa é uma situação muito delicada, mas, se não surgir código de vaga e a criação
430 de um banco que permita o equilíbrio, não haverá outro caminho senão a remoção de
431 ofício. Juliana Queiroz disse que, quando discutiram tal questão em oportunidade
432 anterior, ficou bem claro o desconforto quanto à remoção de ofício, pois o servidor
433 não vai querer ir para o interior. Queiroz pontuou que a forma menos dramática de
434 adotar tal medida seria com o código vago. Nairton disse que a Reitoria tem um
435 quadro de servidores classe D e E razoável, e acredita que daria para equilibrar
436 dispensando servidores do banco da Reitoria, o que possibilitaria até disponibilizar
437 um número maior de servidores para os *campi* avançados do que o que está previsto
438 em portaria. Nairton explicou que havia previsão de liberação de códigos de vaga
439 para a Reitoria, mas isso não se efetivou. O diretor-geral do *Campus* Lagoa da
440 Confusão, Valquires Martins, disse que não é difícil fazer um balizamento, pois há,
441 na mesma instituição, *campus* com deficit e *campus* com excedente. Nairton
442 interrompeu a pauta para uma breve apresentação do novo procurador-chefe da
443 Procuradoria Federal junto ao IFTO, Eduardo Prado dos Santos. Eduardo agradeceu
444 ao reitor e colocou a procuradoria à disposição dos gestores. Em sequência, Edileuza
445 continuou a detalhar a planilha dos códigos de vaga. Nairton pôs em votação a
446 questão do código de vaga vago classe D do *Campus* Palmas. Os seguintes servidores
447 foram favoráveis à manutenção do código de vaga no *Campus* Palmas: Octaviano
448 Sidnei Furtado (diretor-geral do *Campus* Palmas); Paulo Hernandes Gonçalves da
449 Silva (diretor-geral *pro tempore* do *Campus* Colinas do Tocantins); Danilo Gomes
450 Martins (pró-reitor de Desenvolvimento Institucional); Décio Dias dos Reis (diretor-
451 geral do *Campus* Araguatins); Augusto César dos Santos (pró-reitor de Pesquisa e
452 Inovação); Paula Karini Dias Ferreira Amorim (pró-reitora de Extensão). Os
453 seguintes servidores foram favoráveis ao repasse do código de vaga do *Campus*
454 Palmas para o *Campus* Avançado Lagoa da Confusão: Juliana Ferreira de Queiroz
455 (diretora do *Campus* Avançado Pedro Afonso); Albano Dias Pereira Filho
456 (representante da Direção-geral do *Campus* Porto Nacional); Valquires Martins de
457 Santana (diretor do *Campus* Avançado Lagoa da Confusão); Dêmis Carlos Ribeiro

Menezes (diretor do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia); Rodrigo Soares Lelis Gori (pró-reitor de Administração); Cristiano Fernandes Mateus (diretor-geral do *Campus* Araguaína). Houve quatro abstenções: Antonio da Luz Junior (diretor-geral do *Campus* Paraíso do Tocantins), Marcelo Alves Terra (diretor-geral do *Campus* Gurupi), Janaina Miranda Muradás Amorim (representante da Pró-reitoria de Ensino) e Marcos Lopes Galvão (representante da Direção-geral do *Campus* Dianópolis). Devido ao empate de seis a seis na votação, o reitor Francisco Nairton do Nascimento votou favorável ao repasse da vaga do *Campus* Palmas para o *Campus* Avançado Lagoa da Confusão, consolidando o resultado da votação da seguinte forma: sete votos favoráveis à destinação da vaga do *Campus* Palmas para o *Campus* Lagoa da Confusão e seis votos favoráveis à manutenção do código de vaga no *Campus* Palmas e quatro abstenções. Passou-se a verificar os *campi* que têm folga de código de vaga de nível C, para que seja destinado um código de vaga de assistente de alunos que está disponível. Nairton disse que os seguintes *campi* têm folga de nível C: *Campus* Colinas do Tocantins (três códigos); Dianópolis (três códigos) e Araguatins (seis códigos). Edileuza questionou qual *campus* estaria precisando de assistente de alunos. Paulo Hernandez disse que o *Campus* Colinas do Tocantins precisa de três assistentes de alunos. Nairton ressaltou que se deve atentar para o preenchimento do banco com códigos de classe C. Edileuza disse que o *Campus* Araguatins possui o maior deficit de assistente de alunos, em relação ao prescrito na Portaria 246. Já o *Campus* Porto Nacional possui o excedente de um assistente de alunos, e o *Campus* Palmas **tem deficit de quatro assistentes de alunos**. Nairton pediu que se manifestem os gestores que tiverem interesse em receber o código de vaga de assistente de alunos. Paulo Hernandez ratificou que seu *campus* não possui assistente de alunos. O diretor-geral do *Campus* Araguatins, Décio Reis, declinou de código de assistente de alunos em favor do *Campus* Colinas do Tocantins. A destinação do código de vaga foi posta em votação, sendo que todos os gestores presentes concordaram em destinar o código de vaga de assistente de alunos para o *Campus* Colinas do Tocantins, exceto o representante do *Campus* Dianópolis, que defendeu a destinação do código de vaga para seu *campus*. Assim, ficou decidido que o código de vaga de assistente de alunos será destinado ao *Campus* Colinas do Tocantins. Edileuza questionou se todas as vagas disponíveis que não estão *sub judice*, nem em processo de redistribuição, devam ir para o processo de remoção. Todos os gestores presentes concordaram que sim. A diretora de Gestão de Pessoas questionou aos gestores se essas vagas vão ser colocadas em concurso público, ressaltando que só irão para concurso as vagas que não fazem parte de concurso vigente e que podem ser providas. Os gestores decidiram disponibilizar todas as vagas de cargos técnico-administrativos em remoção e posteriormente fazer concurso. Edileuza passou a explicar sobre as vagas de docentes, detalhando a planilha das vagas por *campus*. Todos os presentes concordaram que as vagas deverão ir para remoção, e posteriormente disponibilizadas em concurso público. Décio Reis disse que a vaga de docente do seu *campus* pode ir para remoção, mas o *campus* não tem interesse em concurso público, e sim em redistribuição, caso haja interesse de outra instituição. Edileuza disse que há uma vaga do *Campus* Porto Nacional que ainda não foi definida, e destacou que já enviou e-mails pedindo para decidirem sobre a área da vaga. O representante do *Campus* Porto Nacional ficou de verificar com a gestão do *campus* sobre essa pendência. Passou-se ao ponto 14, que trata do detalhamento da execução descentralizada do recurso de três milhões de reais. Rodrigo Gori, pró-reitor de Administração, disse que foi finalizado um novo processo relacionado à manutenção de ar-condicionado, o qual tem uma nova formatação, devendo o atendimento agora ocorrer por demanda. Gori explicou que, em razão de ser uma empresa nova e ser uma formatação também nova, tem a intenção de chamar os fiscais de contrato para

510 uma conversa com a empresa, para unificar procedimentos e padrões operacionais do
511 novo contrato. Gori também informou que teve de ser feito um novo processo de
512 manutenção e abastecimento de veículos, e que o processo que antes era unificado,
513 ou seja, realizado com uma única empresa, agora vai ser separado. Gori informou que
514 o abastecimento continua com a Trivale e a manutenção será de responsabilidade de
515 empresa cujo pregão está sendo homologado hoje. Quanto ao financeiro, Gori
516 informou que, em dezembro, houve repasse de 100% da fonte 110 e 90% da fonte
517 112, praticamente zerando a questão de pagamento. Segundo Gori, do financeiro para
518 janeiro, foram liberados 100% da fonte 100 e 70% do financeiro da fonte 112. Gori
519 informou que esse financeiro já foi repassado aos *campi*. Gori destacou a execução
520 do orçamento 2017, cuja execução foi de 100%, incluindo a descentralização de três
521 milhões reais realizada em dezembro. Gori destacou que não foi realizada nenhuma
522 devolução orçamentária, e que isso é mérito de todos, e agradeceu pela colaboração e
523 participação de cada *campus* para alcançar esse resultado. Gori informou que, quanto
524 ao orçamento 2018, já foi passado e-mail aos gestores, e disponibilizado no site
525 institucional o quadro de detalhamento de despesas do orçamento de 2018. Gori
526 explicou que esse orçamento é dividido por natureza, ações, programas e por *campus*, e
527 traz uma novidade positiva, que é o aumento de dois milhões e meio de capital,
528 divididos da seguinte forma: quinhentos mil na ação 20 RG, que é a ação de
529 expansão, e dois milhões na ação 20 RL, que é a ação de funcionamento. Gori
530 explicou ainda que procurou manter a mesma sistemática dos anos anteriores, ou
531 seja, pegar o montante e lançar na planilha para discutir como será feita a distribuição
532 interna. Gori defendeu que todos tenham conhecimento dos números, e destacou que
533 o atual orçamento demanda preocupação tanto quanto o de 2017. Em relação ao
534 orçamento descentralizado, que foi recebido na segunda quinzena de dezembro,
535 resultante de uma ação junto ao MEC e a deputada Dorinha Seabra, o IFTO teve de
536 dois a três dias para executar três milhões. Segundo Gori, o trabalho em equipe, não
537 só da Proad, mas de todos os *campi* e das pró-reitorias, permitiu que conseguissem a
538 execução praticamente no mesmo dia em que o orçamento foi descentralizado. Gori
539 relatou que o orçamento foi liberado pela manhã, por volta das 9h30; às 14h recebeu
540 ligação do MEC perguntando se o IFTO usaria o orçamento todo, pois, caso
541 contrário, eles iriam remanejar tal orçamento. Às 16h o IFTO já estava com o
542 orçamento todo executado. Por isso, se fosse descentralizar para cada *campus*
543 empenhar, muito provavelmente não iriam conseguir empenhar de forma tão rápida
544 como estava sendo cobrado. Gori explicou que foram adquiridos 460 computadores
545 com a segunda complementação dos recursos descentralizados. Segundo o pró-reitor,
546 aproximadamente 150 dessas máquinas já se encontram no IFTO. São computadores
547 da Dell, os quais, segundo a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI – são de
548 boa qualidade. Gori destacou que toda a equipe da DTI esteve envolvida nessa
549 aquisição. Foram executados dois milhões e dezoito mil reais nesse processo, dos
550 quais um milhão quatrocentos e noventa e um mil reais foram referentes à
551 descentralização da deputada Dorinha Seabra, que, somados ao mobiliário, chegou-se
552 a aproximadamente três milhões. Gori informou que trezentos e noventa e quatro mil
553 novecentos e dezenove reais se referem a uma ação do reitor junto ao MEC para que
554 o IFTO pudesse remanejar o orçamento, saldo de licitações. Gori explicou que esse
555 orçamento é oriundo de termos de cooperação; o IFTO teve que devolver o
556 orçamento para o MEC, fazer um novo TED, mudando a natureza, e realizar uma
557 nova liberação em torno de quatrocentos mil. Gori destacou que os computadores
558 estão chegando à Reitoria, e por isso se faz necessário encaminhá-los para os *campi*.
559 O pró-reitor de Administração ressaltou ainda que, com relação ao orçamento 2018, o
560 IFTO recebeu até agora um vírgula dezoito avos do previsto, quantidade que é muito
561 inferior ao previsto. Segundo Gori, a previsão é que o repasse se normalize em

março, e o capital em abril. Com relação aos computadores, foi montada uma proposta, após levantamento realizado pela DTI. Com relação aos *campi* novos e avançados, foi pensada numa quantidade mínima para ser pleiteado um laboratório. Quanto aos demais *campi*, procedeu-se a uma divisão por igual, com exceção da Reitoria. A Educação a Distância também foi beneficiada nessa divisão. O pró-reitor de Administração passou à apresentação da planilha com a proposta de distribuição. A planilha de distribuição dos computadores aos *campi* foi consolidada e aprovada pelos gestores. O diretor-geral *pro tempore* do *Campus* Colinas do Tocantins disse que é favorável à distribuição, mas registrou que o *Campus* Colinas do Tocantins está com defasagem de computadores. A diretora do *Campus* Avançado Pedro Afonso solicitou que fosse dada prioridade na distribuição das máquinas aos *campi* avançados. Ficou decidido que os *campi* mais novos receberão primeiro os computadores. Passou-se ao ponto 15, que trata da situação das obras nas unidades do IFTO e do calendário de entrega. Nairton pediu que os gestores repassem as previsões de entrega de obras, para que seja possível fazer um calendário de inauguração ao final do mandato. Nairton frisou que precisa dessas informações para repassar ao MEC, para uma possível vinda de um representante ministerial para alguma das inaugurações. Passou-se ao ponto 16, que trata dos jogos dos servidores. Os jogos serão realizados no *Campus* Araguatins. O diretor-geral Décio Reis disse que precisa verificar a melhor data para o *campus*. Foi sugerido que os jogos aconteçam a partir do dia 25 de março, contudo os dias ainda serão definidos. Passou-se a discutir sobre os cursos de licenciatura em Computação, especialmente no que se refere à empregabilidade dos egressos. Nairton disse que será encaminhado ofício para o governo do Estado e para as prefeituras fazendo a solicitação de parcerias. A diretora de Gestão de Pessoas informou que foi feito seletivo para contratação de profissional de nível superior da área de tradução e intérprete de LIBRAS, tendo classificados, mas alguns destes ou tinham emprego público ou não tinham a escolaridade exigida no edital. Por isso, só foi possível prover as vagas dos *campi* Palmas, Gurupi e Porto Nacional. Assim, o *Campus* Avançado Formoso do Araguaia e o *Campus* Araguaína ficaram sem tradutor. Edileuza informou que a tradutora do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia foi removida para Gurupi; em razão disso, Dênis Carlos propôs que algum *campus* ceda, provisoriamente, um tradutor ao *Campus* Formoso do Araguaia. O representante do *Campus* Porto Nacional se comprometeu a verificar a possibilidade de ceder um intérprete provisoriamente. Discutidos tais pontos, o presidente do Colégio de Dirigentes do IFTO, Francisco Nairton do Nascimento, encerrou a reunião agradecendo a presença e a participação de todos, e eu, Kelly Cristina Rocha Azarias, secretária em substituição do Colégio de Dirigentes, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e pelos demais membros presentes do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Karini Dias Ferreira Amorim, Servidora**, em 09/03/2018, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Soares Lelis Gori, Pró-reitor**, em 09/04/2018, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Decio Dias dos Reis, Diretor-geral**, em



09/04/2018, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jardel Barbosa dos Santos, Diretor**, em 10/04/2018, às 07:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Fernandes Mateus, Diretor-geral**, em 10/04/2018, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Octaviano Sidnei Furtado, Diretor-geral**, em 12/04/2018, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Junior, Diretor-geral**, em 17/04/2018, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Alves Terra, Diretor-geral**, em 18/04/2018, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Cristina Rocha Azarias, Chefe de Gabinete Substituto**, em 19/04/2018, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Nairton do Nascimento, Presidente**, em 20/04/2018, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ferreira de Queiroz, Diretora**, em 20/04/2018, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Miranda Muradas Amorim, Gerente**, em 20/04/2018, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valquires Martins de Santana, Servidor**, em 20/04/2018, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Lopes Galvao, Gerente**, em 20/04/2018, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Cesar dos Santos, Pró-reitor**, em 20/04/2018, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Hernandes Goncalves da Silva, Diretor-geral**, em 23/04/2018, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Gomes Martins, Pró-reitor**, em 23/04/2018, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Albano Dias Pereira Filho, Gerente**, em 23/04/2018, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Demis Carlos Ribeiro Menezes, Servidor**, em 23/04/2018, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0295320** e o código CRC **CD054BA0**.



Avenida Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08 - Plano Diretor Sul
CEP 77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.001056/2018-61

SEI nº 0295320